

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo!* Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008, 221 p.

Diana Mendes Machado da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo¹

“Mas, afinal, o que é o futebol?” é a questão que dá início ao livro *O Brasil entra em campo!* Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947) e aproxima seu autor, Denaldo Alchorne de Souza, dos debates sobre o lugar deste esporte na cultura brasileira. A publicação confirma o atual interesse editorial pela abordagem acadêmica do assunto e aponta caminhos para trabalhos de cunho historiográfico, raros se comparados à contribuição de outras áreas das ciências humanas. De início, merece destaque o fato de que o trabalho parece superar, de maneira criativa, o conhecido problema de acesso às fontes, característico das pesquisas em história do futebol. Também se destacam a clareza e a objetividade com que a narrativa se desenvolve, principalmente na segunda e mais envolvente parte do livro, com foco na trajetória de Leônidas da Silva e de outros importantes jogadores da primeira metade do século XX. Por outro lado, ainda que sob novo recorte, o autor se dedica à consagrada temática que entrelaça futebol e identidade nacional – examinada de modo recorrente desde o clássico *O negro no futebol brasileiro* (Mário Filho, 1947), passando pelos ensaios de Anatol Rosenfeld, Roberto DaMatta e pela coletânea *Futebol e cultura* (Meihy, Witter, 1982), sem contar a farta produção recente – o que atualiza a pergunta sobre a afinidade que une quase que irremediavelmente o futebol ao tema da identidade, sem que ele figure como eixo central.

¹ Com a pesquisa “O que não se consegue com o dinheiro. Cultura e futebol de várzea na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX”, sob a orientação do prof. dr. José Geraldo Vinci de Moraes.

Fruto de uma pesquisa de mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, a obra se desenvolve a partir da hipótese de que as representações de identidade nacional foram construídas fundamentalmente durante o governo de Getúlio Vargas, que se aproveitou de eventos como as Olimpíadas de 1936 e a Copa do Mundo de 1938 para promover adesão ao Estado Novo. Souza se propõe a investigar este processo analisando os discursos produzidos no período, com enfoque no modo como o futebol “foi utilizado simbolicamente por diferentes atores sociais” (p. 18). O que é destacado positivamente por Jorge Ferreira, no prefácio à obra, quando afirma que o jogo atua “como uma ‘janela’ para Denaldo observar as relações entre Estado e sociedade no Brasil” (p. 15). Tal premissa fica ainda mais clara na resposta à questão inicial “mas, afinal, o que é o futebol?” em que o autor sinaliza qual o caminho teórico-metodológico adotado para lidar com esse aspecto: “o futebol é aqui estudado como instituição zero, [...] instrumento de significação e representação [...] invenção e reinvenção de governantes e governados, dominantes e dominados [...] espaço de integração e espaço de conflito” (p. 25-26).

A segunda premissa, afinada com a perspectiva dos historiadores E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, refere-se ao protagonismo das pessoas comuns na formação do nacionalismo. A partir da mobilização do conceito de “hegemonia”, de Thompson, ele investiga não só a base do poder estatal, que constrói e difunde valores promovidos como nacionais, como também observa a recepção e a reconstrução desses valores pelo povo. Por essa razão, ele escapa às afirmações deterministas sobre a manipulação do Estado e acena com a possibilidade de reconhecer o papel ativo das camadas populares na construção de representações que afirmam sua subjetividade e autonomia. O que contraria visões como a de Roberto Ramos (*Futebol: Ideologia do poder*. Petrópolis: Vozes, 1984), ou de Juan José Sebrelli (no recente *La era del fútbol*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005), em que o futebol é visto como vetor unilateral de ideologia, agenciado apenas pelas classes dominantes e pelo Estado para ocultar seja a opressão política, a exploração do trabalho ou a desigualdade de classes.

A investigação utiliza ainda as fontes do governo federal e da imprensa local para adentrar o processo de elaboração do discurso oficial sobre o futebol e a identidade nacional. Por essa razão – e talvez sem notar – o autor circunscreve o trabalho apenas à realidade do Rio de Janeiro, onde se localizava a capital do país. Pesquisas recentes têm afirmado a necessidade de compreender as narrativas sobre a nacionalidade em meio ao universo das disputas estaduais e regionais por hegemonia política e cultural. Em se tratando da era Vargas, em que a coincidência entre o nacional e o “fluminense” foi fomentada pelo governo

federal, tal questão traz inúmeras consequências, principalmente para o caso específico do futebol. Trabalhos como o de Fátima Antunes, José Carlos Marques, Marcelino Freire e Bernardo Buarque de Hollanda, por exemplo, revelam o alinhamento de setores da imprensa carioca ao governo federal e sua influência sobre o jornalismo esportivo, posteriormente entendido como uma das bases sobre as quais se erigiu o discurso de identidade nacional. Neste sentido, seria recomendável uma nota para situar o caráter e o alcance das fontes selecionadas.

Já no que se refere à abordagem dos discursos que conformaram a identidade nacional, a análise é realizada segundo a clássica diferenciação sociológica que distingue Estado e sociedade. A organização do livro reflete essa clivagem, bem como os caminhos metodológicos utilizados para investigar cada uma dessas esferas. Na primeira parte, dedicada a explorar os usos que o Estado fez do futebol, é perceptível a influência da obra de Pierre Bourdieu, para quem uma história social do esporte só se torna possível pela análise do fenômeno na intersecção de suas dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e, também, propriamente esportivas. Em sintonia com o que sugere o sociólogo francês em *Questões de sociologia*, o autor mobiliza o conceito de “campo” para apreender a especificidade da atuação dos agentes responsáveis pela produção do discurso oficial.

Iniciando então pelo “campo político”, ele acompanha o momento em que o governo federal passou a se interessar de maneira politicamente organizada pelo futebol. João Lyra Filho e Fernando de Azevedo, associados respectivamente ao universo esportivo e educacional, foram os teóricos do discurso que incorporou a prática esportiva ao projeto educacional que sustentava “o ideal de democracia social” do governo (p. 36-37). Tal proposta confirma a análise de Hobsbawm, citada por Souza: “o espetáculo esportivo figurou como um meio eficaz para inculcar sentimentos nacionalistas devido à facilidade com que todos os indivíduos podiam se identificar com a nação simbolizada por jovens que se destacavam no que todo homem gostaria de ser: bom naquilo que faz” (p. 37). Eugenia, disciplina e trabalho eram valores que se adequavam perfeitamente a essa matriz identitária.

Em seguida, ele descreve a configuração do Conselho Nacional de Desporto (CND), em 1941, momento em que as disputas pelo controle dos rumos do futebol tornaram-se centrais no interior do governo federal até finalmente ficarem sob a tutela de Gustavo Capanema, no Ministério da Educação. Decisão também associada aos impasses relacionados ao processo de adoção do profissionalismo em substituição ao amadorismo, nos esportes em geral e no futebol em particular. Ao contrário do que se poderia imaginar, a imagem do profissionalismo não agradava ao regime e necessitava ser controlada. Embora representasse modernidade – uma das imagens pela qual o Estado quis ser visto – ele expunha as

feridas regionais e retirava o esporte do domínio centralizador da ordem estatal. Dessa forma, “alocar” o discurso oficial no Ministério da Educação era forma de valorizar o ideal de “formação do cidadão” em detrimento dos componentes indesejáveis relacionados ao profissionalismo, tais como a identidade regional, tão presentes na esfera esportiva. Assim, na apresentação destes elementos, o autor revela que o “discurso oficial” sobre o futebol e a identidade nacional foi delineado na articulação – nem sempre harmônica – entre representantes do campo político (educação, desporto e cultura) e os que se situavam fora do governo, no campo esportivo.

Se a noção de “campo” é valiosa para tratar da ação do Estado, o mesmo não acontece nos capítulos voltados à esfera da sociedade, em que se constrói o discurso popular sobre o futebol. A expectativa de encontrar uma análise dedicada apenas à imprensa, tal como ocorreu em relação ao Estado, é logo frustrada diante de seu vigoroso agenciamento para compreender o discurso popular. O que dificulta a distinção entre os tratamentos dados a ela no decorrer do trabalho, pois aparece ora como mediadora das relações entre Estado e sociedade, ora como esfera produtora de discurso ou como a base documental para acessar tanto o universo estatal quanto o popular.

No entanto, ainda que não trate especificamente do “campo” da imprensa, é possível recolher, esparsa e indiretamente, as impressões do autor sobre o papel que ela desempenha junto às classes trabalhadoras. Há, por exemplo, um capítulo dedicado apenas ao jornalista Mario Filho e à repercussão de sua obra. Para Souza, o jornalista foi figura central na difusão do discurso oficial sobre o futebol. Por ter “a sensibilidade de captar os sentimentos das pessoas mais simples” (p. 180), o jornalista transformou radicalmente a linguagem esportiva, tornando-a mais acessível às classes populares e, conseqüentemente, mais rentável ao jornal. Por meio do futebol, ele tratou, de maneira simples e direta, de temas sociais candentes, tais como a brasilidade, promovendo a compreensão e até a participação do povo nestes debates. Muitos deles, como é sabido, foram pautados pela obra de Gilberto Freyre que viu na mestiçagem o traço mais marcante e positivo do caráter nacional. Não se pode esquecer que o livro de autoria do jornalista, *O negro no futebol brasileiro* (cujo prefácio é do próprio Freyre), visto como uma espécie de síntese dessa experiência, foi um dos veículos que alçou Leônidas da Silva à condição de “símbolo do futebol brasileiro” (p. 180) contribuindo para a construção do mito do jogador pela população. Em síntese, é em face da intensa atuação de Mário Filho que a imprensa esportiva assume nova configuração e passa a realizar a mediação entre os desejos do povo e os desígnios do Estado. E

embora o autor não discorra explicitamente sobre este aspecto, tal característica faz com que ela se torne fundamental em sua pesquisa.

O melhor momento do trabalho corresponde, sem dúvida, à segunda parte do livro, na análise das representações populares sobre o futebol. Nela fica patente o abandono da lógica classificatória que organiza a experiência política em “campos” de atuação. Mudança que torna a narrativa mais atraente, principalmente para os que se interessam especificamente pelo futebol. A trajetória de Leônidas da Silva, a quem o autor, significativamente, dedica o livro, é central neste segmento. Considerado o melhor jogador da seleção brasileira na Copa de 1938, admirado por cariocas e paulistas, o craque de carreira brilhante e vida conturbada, foi ícone do futebol brasileiro. Souza afirma, baseado no clássico trabalho de Mircea Eliade, que a análise da construção do mito de Leônidas é meio eficaz para se aproximar “dos sentimentos, das necessidades e esperanças daquelas pessoas que, muitas vezes analfabetas, produziram poucas documentações escritas sobre suas vidas” (p. 119). É, portanto, pelo que foi conferido ao jogador pelas classes trabalhadoras que o autor investiga seu “protagonismo” na construção da identidade nacional.

Com fino estilo narrativo, ele conta os lances geniais e a rebeldia que marcaram a vida do jogador. E acompanha como a sociedade recebeu e re-elaborou a história de seu ídolo. Sua análise demonstra que a contribuição dos trabalhadores para a construção da identidade nacional não se deu na mera aceitação de valores como a eugenia, a disciplina e o trabalho, transmitidos pelos ideólogos do Estado Novo. Mas que representaram no futebol o universo do lazer, espaço de resistência “de uma ética do não-trabalho que tinha suas origens no período escravocrata, quando o ato de trabalhar adquiria toda a sua negatividade” (p. 139). Leônidas da Silva partilhou desse universo dentro e fora de campo, representando “a transgressão à ordem vigente, por não aceitar os valores e a disciplina impostos de cima. Mas [ele] também era a esperança de reconstruir um mundo melhor, por se identificar ao lazer e à alegria” (p. 141). Assim, embora tenham corroborado para a construção de uma identidade pensada a partir “de cima”, os trabalhadores acrescentaram novo conteúdo às representações nacionalistas por meio de seu discurso mítico e nelas puderam se reconhecer.

Pode-se dizer, em síntese, que o trabalho tem por mérito mostrar os impasses e conflitos que marcaram a construção do ideal nacionalista no interior do governo autoritário de Getúlio Vargas. No entanto, sua maior contribuição consiste em realizar uma conjugação pouco usual. Provavelmente pautado nas discussões de Michel de Certeau e Roger Chartier acerca da centralidade do conceito de apropriação para lidar com o universo das representações, ele mostra que o

futebol também foi manipulado pelas classes populares como parte do processo de produção – não tutelada – de seus discursos. Como já apontado, trata-se de importante contribuição diante de vasta bibliografia que trata os significados do futebol como de manipulação exclusiva das elites ou dos estados nacionais.

Ainda sobre a estrutura do livro, é impossível não notar a semelhança do modelo que articula esta discussão ao que o historiador José Murilo de Carvalho apresenta no livro *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987), ou mesmo em *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1990). Sem se deter sobre o conteúdo das obras, importa assinalar a congruência dos caminhos escolhidos para tratar da atuação do povo diante de projetos políticos grandiosos, nos quais estava incluído apenas a reboque. Neste sentido, tal como nas obras citadas, o problema da relação entre futebol e identidade nacional é analisado na interface entre a abordagem política e cultural. Boa maneira de lidar com processos nascidos em dimensões e temporalidades diferenciadas, mas que concorrem, num mesmo tempo e espaço para a construção de imagens ou discursos como a identidade nacional. Se não por essa razão, o livro merece ser lido apenas por apresentar, de maneira cativante, a história de Leônidas da Silva, um dos mais importantes jogadores do futebol brasileiro do século XX.

Recebido: 17/12/2010 – Aprovado: 24/05/2010